

Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 09/ANAC/2012 de 29 de Novembro

Autorização do Projeto-Piloto GPON sobre FTTH da CVTelecom

I. Enquadramento

O Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações (adiante designado apenas por Contrato de Concessão) assinado entre o Estado de Cabo Verde (Concedente) e a Empresa Cabo Verde Telecom, SARL (Concessionária) estipula que constitui como uma das obrigações genéricas da concessionária dotar Cabo Verde de um serviço público de telecomunicações que responda plenamente às necessidades do Estado, da população e das actividades económicas em geral, devendo a rede de telecomunicações que lhe serve de suporte incorporar sistemas da mais moderna tecnologia (alínea a) do nº 1 da Cláusula 8ª).

No que se refere às obrigações específicas no âmbito das infraestruturas da rede básica e das infraestruturas de transportes e difusão, o Contrato em referência estipula que cabe à Concessionária desenvolver, qualitativa e quantitativamente, as infraestruturas da rede básica de telecomunicações, de modo a assegurar os níveis de qualidade e dentro de preços razoáveis para suportar os custos (as alíneas dos nºs 1 e 2 do artigo 9º).

Ainda no tocante às obrigações específicas no âmbito da prestação do serviço comutado de transmissão de dados, o Contrato de Concessão obriga a Concessionária a assegurar em condições de igualdade e não discriminação, a prestação, ao público em geral, de serviços de transmissão de dados por comutação de pacotes com características técnicas harmonizadas em conformidade com as recomendações aplicáveis, garantindo a sua interligação e interoperabilidade, sempre que tecnicamente viável, com serviços de telecomunicações de uso público prestados por outros operadores, quando por estes solicitado e desde que se verifiquem as especificações técnicas de acesso (alínea b) da Cláusula 13ª).

Por outro lado, o preâmbulo do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro, dispõe que a liberdade de oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas constitui um princípio fundamental das comunicações e provoca uma alteração da situação existente relativa à rede básica de telecomunicações que leva ao desaparecimento da proibição de criar redes de telecomunicações.

A ANAC, enquanto Autoridade Reguladora Nacional, tem como um dos seus objectivos de regulação das comunicações electrónicas a prosseguir, o encorajamento da realização de

investimentos eficientes em infra-estruturas e a promoção da inovação (alínea c) do nº 2 do artigo 5º do Dec.-Legislativo 7/2005).

O mesmo diploma garante o regime de livre circulação, colocação no mercado e colocação em serviço no território nacional dos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações e o regime de instalação de infra-estruturas de telecomunicações em edifícios, previsto na lei (alíneas a) e b) do nº 2 do artigo 2º).

O Decreto-Legislativo, ao garantir a liberdade de oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas preocupou-se de igual forma em atribuir à Concessionária do serviço público de telecomunicações o dever de disponibilizar, por acordo, às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público o acesso a condutas, postes, outras instalações e locais de que seja proprietária ou cuja gestão lhe incumba, para instalação e manutenção dos seus sistemas, equipamentos e demais recursos, sendo certo que essa disponibilização de acesso a condutas poderá ser mediante o pagamento de uma remuneração (nºs 1 e 2 do artigo 24º).

O Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, que cria a Agência Nacional das Comunicações (ANAC) e aprova os seus estatutos, confere a esta Autoridade Reguladora poderes para emitir as disposições regulamentares que se mostrem necessárias ao exercício das suas atribuições (artigo 4º).

A ANAC, através da Deliberação nº 01/CA/2011, de 2 de Fevereiro, que identifica os Operadores com Poder de Mercado Significativo (OPMS) nos mercados relevantes no sector das comunicações electrónicas, determinou que a CVTelecom é OPMS em vários dos mercados relevantes de comunicações electrónicas, nomeadamente nos mercados Terminação de chamadas na rede fixa, de linhas alugadas inter-ilhas, linhas alugadas intra-ilha, fornecimento de acesso à banda larga e fornecimento de oferta de acesso desagregado ao lacete local.

II. Fundamentação e Decisão

A evolução para redes GPON é naturalmente a tendência para a modernização da rede básica de telecomunicações, e o projeto-piloto pode naturalmente ser considerado como uma continuidade dos investimentos a que a CVTelecom está obrigada no âmbito do Contrato de Concessão, não obstante o facto de, nesta fase designada “piloto” pela própria empresa, perspetivar a cobertura de apenas algumas zonas das cidades da Praia e do Mindelo.

Dentre os objetivos de regulação das comunicações electrónicas a prosseguir pela ANAC, destacam-se (i) a promoção da concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas de recursos e serviços conexos, enfocando sobretudo o encorajamento de

investimentos eficientes em infra-estruturas e promoção da inovação e (ii) a defesa dos interesses dos cidadãos.

Assim sendo, há que acautelar para que a exploração comercial dessa nova tecnologia de acesso seja orientada para a promoção da concorrência, incentivo ao investimento e à inovação em novas tecnologias, razão pela qual a sua introdução deve ser planeada de forma cuidada e supervisionada pela Autoridade Reguladora, a fim proporcionar o seu uso à outras operadoras interessadas e evitar a duplicação de investimentos em infraestruturas num país com recursos limitados, como é o caso de Cabo Verde.

Da análise feita ao projecto, verifica-se que a infra-estrutura proposta pela CVTelecom, apresenta ao nível do transporte características de nova geração (NGN), o que assegura a sua fácil expansão, quer em termos de capacidade (número de casas e largura de banda), quer em termos de ser aberta a suportar novos serviços.

O projeto-piloto a que a ANAC teve acesso, não abrange apenas o aspecto da infra-estrutura óptica, mas também os aspectos relativos a serviços que irão ser prestados com base nessa infra-estrutura, propondo os seguintes serviços base:

- Internet (que poderá ser implementado na infra-estrutura IP da CVMultimédia);
- Telefone (baseada em tecnologia VoIP);
- Televisão IP (IP será usado na íntegra de acordo com o serviço disponibilizado actualmente, com a diferença de não existir a limitação de 2 STB por cliente, dada a muito maior largura de banda disponível na fibra)

Além destes serviços básicos, são também propostos alguns serviços opcionais tais como:

- Televisão (RF overlay) onde propõem a instalação de um HeadEnd de TV de forma a disponibilizar em cada habitação um conjunto de 20 canais que devem ser fornecidos pela CVTelecom/CVMultimédia, com Set-Top-Box proprietárias
- Video on Demand (VoD) que permite a visualização de programas e filmes previamente armazenados num servidor central já existente.

Pelo acima exposto, é razoável considerar que o projecto apresentado pela CVTelecom como sendo um investimento tecnológico já está condicionado à prestação de serviços atrelados à CVTelecom e à CVMultimédia.

The bottom right corner of the page contains two handwritten signatures in blue ink. To the left of the signatures is a small, faint number '3'.

Isso coloca em causa a separação de negócios e leva à prestação de serviços de forma conjunta, o que põe em causa um dos princípios essenciais da regulação, que é a promoção da concorrência.

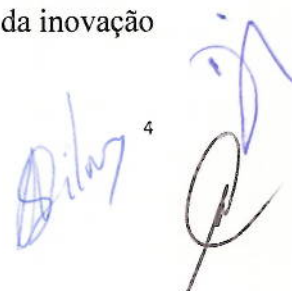
Por todo o acima exposto ressalta-se a necessidade da ANAC salvaguardar nas suas decisões que existem princípios atinentes à regulação, que devem ser sempre levados em consideração, dentre as quais:

- i. Promoção da concorrência;
- ii. Promoção da Inovação Tecnológica e dos seus serviços;
- iii. Garantia da previsibilidade regulatória;
- iv. Atendimento à utilização de recursos socialmente eficientes.

Por outro lado, existe ainda uma outra vertente que a presente deliberação faz questão de dar enfoque, considerado fundamental para reduzir os riscos da implementação de redes GPON nascer já com distorções, que é no tocante ao lado do cliente, mais concretamente os proprietários ou administradores dos edifícios. Para tal, é mister criar mecanismos de responsabilização destes actores como partes interessadas, salvaguardando o princípio de acesso aberto às infraestruturas dos edifícios por parte de qualquer operadora.

Sendo assim, considerando todo o exposto, o Conselho de Administração da ANAC, na sua reunião ordinária de 29 de Novembro de 2012, vem no âmbito das suas atribuições e competências previstas na lei, mais concretamente ao abrigo do disposto nos artigos 9º; 11º, b), i), j), l); 21, b), c), d), e), todos do Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, conjugado com o disposto na alínea t) do 32º do mesmo diploma, decidir o seguinte:

1. Autorizar, no âmbito do Contrato de Concessão, o Projecto-piloto de fibra óptica até a residência (GPON/FTTH) da concessionária CVTelecom, mediante as condições a serem seguidas pela própria empresa e pelos clientes, constantes do documento em anexo e que faz parte integrante da presente Deliberação.
2. A execução do projeto piloto GPON/FTTH enquanto incentivo ao investimento e à inovação em novas tecnologias orientada, para a promoção da concorrência, a fim de garantir a que operadoras interessadas possam ter acesso evitando a duplicação de investimentos em infraestruturas.
3. Dentre os objetivos de regulação das comunicações eletrónicas a prosseguir pela ANAC, destacam-se (i) a promoção da concorrência na oferta de redes e serviços de comunicações eletrónicas de recursos e serviços conexos, enfocando sobretudo o encorajamento de investimentos eficientes em infra-estruturas e promoção da inovação e (ii) a defesa dos interesses dos cidadãos.

Two handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom right of the page. The first signature is more stylized and appears to be "Diana", while the second is a more traditional cursive signature.

4. A presente deliberação é válida para o projeto-piloto GPON/FTTH, vigorando até que seja regulamentado o Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico das Infraestruturas de telecomunicações em edifícios e em urbanizações e loteamentos - ITED / ITUR, e definidas normas regulamentares em matéria de redes de acesso em fibra optica.
5. A presente deliberação entra em vigor a partir da data da sua publicação.
6. A presente deliberação revoga a anterior Deliberação n.º 02/CA/2012, de 20 de Março.

Praia, 29 de Novembro de 2012

O Conselho de Administração,



.....
David Gomes
Presidente

.....
Carlos Silva
Administrador

.....
Valdmiro Segredo
Administrador

ANEXO

Condições de execução do Projeto GPON sobre FTTH

I. Regras para instalação de Fibra Óptica nos edifícios já construídos

- 1) As alterações a efectuar nos edifícios já construídos são analisados caso a caso, devendo poder suportar a entrada e passagem de cablagem em fibra óptica de pelo menos três empresas de comunicações electrónicas e respetiva ligação a infraestruturas de comunicações electrónicas existentes, devendo o primeiro operador, ao aceder ao edifício para instalar esse tipo de infra-estruturas assegurar, em conjunto com o proprietário, ou administração do condomínio e ou cliente o seguinte:
 - a) A instalação da coluna montante do edifício com capacidade adequada ao suporte da cablagem para o fornecimento de serviços de comunicações electrónicas à totalidade do número de fracções do edifício;
 - b) A instalação de coluna montante exterior ao edifício, localizada no melhor ponto comum às diferentes fracções, quando não existam condições internas de o fazer, excepcionalmente, quando seja de todo impossível, admite-se mais que uma coluna montante externa, salvaguardada a estética do edifício.
 - c) A existência de pontos de ligação de cliente que permitam a cada empresa de comunicações electrónicas efectuar a ligação a cada fracção por meios próprios, ligando-se à coluna montante;
 - d) A possibilidade de partilha da infra-estrutura instalada, independentemente do tipo de estrutura de rede, por outras empresas de comunicações electrónicas que pretendam oferecer serviços de comunicações electrónicas baseados na tecnologia de fibra óptica.
- 2) Nos casos de edifícios com mais de dois fogos, as obrigações previstas nas alíneas a), b) e c) do número anterior podem ser efectuadas de forma faseada, em função da solicitação de cada fracção.
- 3) Para efeito do disposto na alínea d) do número um, o ponto de partilha deve ser localizado no interior do edifício, dentro ou junto do repartidor geral do edifício, quando a coluna montante é interior ao edifício.

- 4) Se, por motivos técnicos, não for possível observar o disposto no número anterior, as empresas de comunicações electrónicas devem encontrar uma solução alternativa, nomeadamente através da localização do ponto de partilha num outro local do edifício ou na entrada do edifício, na caixa de acesso às infra-estruturas de comunicações electrónicas ou ainda através da utilização do ponto de partilha colectivo da urbanização.
- 5) As instalações nos edifícios acima mencionadas, serão alvos de fiscalização por parte da ANAC.
- 6) A partilha de infra-estruturas de comunicações electrónicas entre empresas de comunicações electrónicas é efectuada em termos de reciprocidade e de acordo com os princípios de transparência, não discriminação e orientação para os custos, considerando nomeadamente o incremento de custos incorridos pela empresa de comunicações electrónicas na instalação de uma infra-estrutura partilhável, nos seguintes termos:
 - a) O segundo operador a aceder ao edifício pode ligar-se à infra-estrutura desenvolvida pela CVTelecom, pagando 50% do custo incorrido pelo primeiro operador, desde que devidamente comprovado, e os seguintes operadores podem também ligar-se à mesma infra-estrutura suportando os custos na proporção que lhes corresponder.
- 7) Os custos inerentes a instalação da infraestrutura no edifício, incluindo a ligação à fração e ligações dentro da fração são responsabilidade do cliente.
- 8) O custo da instalação é calculado em função da localização da fração, tendo em referência o ponto de entrada no condomínio/ edifício.
- 9) A forma de cálculo dos custos referidos nos números anteriores (5), 6) e 7)), a forma de pagamento entre operadores, designadamente a responsabilidade pela gestão do relacionamento entre os operadores e os condomínios, bem como todos os demais aspectos necessários à concretização do disposto no presente artigo, devem ter em consideração as regras económicas e financeiras do mercado.

II. Garantia de acesso aberto às infra-estruturas nos edifícios

- 1) Os proprietários e as administrações dos edifícios estão obrigados a garantir o acesso aberto, não discriminatório e transparente das empresas de comunicações electrónicas às infra-estruturas de telecomunicações, para efeitos de instalação, conservação, reparação e alteração, sem prejuízo do direito à reparação por eventuais prejuízos daí resultantes.

[Handwritten signature]
7

- 2) O acesso às infraestruturas de telecomunicações que integram as partes comuns dos edifícios nos termos do número anterior não pode ser condicionado ao pagamento de qualquer contrapartida financeira ou de outra natureza por parte dos proprietários ou administrações dos edifícios.
- 3) São proibidas e nulas as cláusulas contratuais que prevejam a exclusividade de acesso às infra-estruturas de telecomunicações já instaladas em edifícios.
- 4) As empresas de comunicações electrónicas que já se encontrem a prestar serviços num determinado edifício não podem, por qualquer modo, directa ou indirectamente, dificultar ou impedir a utilização das infra-estruturas por parte de outras empresas de comunicações electrónicas.

III. Proibição de utilização exclusiva das infra-estruturas adequadas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas

São proibidas e nulas as cláusulas contratuais que prevejam a ocupação em exclusivo por uma empresa de comunicações electrónicas, das infra-estruturas adequadas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas num edifício ou conjunto de edifícios.

IV. Regulação de redes de acesso GPON

Quaisquer medidas regulatórias ex-post que vierem a ser aplicadas caso se justifique, seguirão os termos do Decreto-Legislativo, n.º 7/2005, de 28 de Novembro, relativamente a imposição de obrigações.

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures in blue ink. There are three distinct signatures, with the number '8' written in the middle.